



Letras políticas: produção cronística de um intelectual negro na imprensa do anos 1920*

Jonatas Roque Ribeiro **

RIBEIRO, J. R. **Letras políticas:** produção cronística de um intelectual negro na imprensa do anos 1920. *História Social*, v. 19 n. 27/28, 2024, pp. 412-445. <https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5284>

Resumo: O artigo estuda a presença de concepções raciais na produção intelectual de um pensador não-branco, tanto como filosofia quanto como horizonte de possibilidades de atuação política no debate público da década de 1920. Por meio da produção cronística de José Eutrópio (1886-1929), que abordou sistematicamente a questão racial examinando-a sob diferentes ângulos, investigam-se os projetos, expectativas e frustrações de intelectuais negros no pós-abolição, assim como a diversidade e complexidade das manifestações a respeito de raça e as ideias, discursos ou hábitos políticos no Brasil do início do século XX.

Palavras-chave: Intelectual negro. Raça. Crônica.

* O autor agradece o apoio da FAPESP (Processo 22/15052-5).

** Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador de pós-doutorado na Universidade de São Paulo.



The chronicles of a black intellectual in the press

(BRAZIL, 1920s)

Jonatas Roque Ribeiro

Abstract: The article studies the presence of racial conceptions in the intellectual production of a black man, both as a philosophy and as a horizon of possibilities for political action in the public debate of the 1920s. Through the chronicle of José Eutrópio (1886-1929), who systematically approached the racial question by examining it from different angles, it investigates the projects, expectations and frustrations of black intellectuals in the post-abolition period, as well as the diversity and complexity of manifestations relating to race and political ideas, discourses or habits in Brazil at the beginning of the 20th century.

Keywords: Black intellectual. Race. Chronicle.

Introdução

Uma vez terra de chefetes políticos de roça, sempre terra de expoentes da política do cacete e do chanfalho? É esse o triste destino de Muriaé, a flor de Minas? Muriaenses, democratas de verdade, enamorados da República, lutem contra os chefetes parvos e os mandões emporcalhados que se apoderam da cidade, roubando-a das mãos do povo. Façam a reconquista da dignidade cívica.³

O autor desse relato é José Eutrópio (1886-1929). Advogado, professor e jornalista, ele foi um intelectual que se definiu como um pensador não-branco, o que poderia significar muita coisa em um país em que grande parte da população era negra e mestiça, mas no qual ideologias raciais, como as dinâmicas do racismo, estruturavam o modo como as relações sociais se organizavam. O relato foi escrito para ser lembrado ou legado à posteridade, já que foi publicado na coluna de crônicas políticas “Fatos e focos”, uma das seções do renomado *Correio de Minas*, jornal publicado em Juiz de Fora, na Zona da Mata de Minas Gerais.

Chamo a atenção para a condição racial de José Eutrópio, pois, esse aspecto, assim como o uso político da sua negritude, foram elementos diacríticos fundamentais na sua produção político-intelectual, principalmente aquela produzida na década de 1920. Por isso, emprego o conceito de intelectual negro como recurso teórico-conceitual e epistêmico capaz de dar conta da análise do conjunto de sua obra cronística e os tipos de intervenção na cena pública que ele esforçou para construir enquanto produtor/criador e mediador de projetos e bens simbólicos.⁴

Na interpretação de Matheus Gato, “para uma análise interessada em compreender a constituição de intelectuais negros, a

³ *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 20 de setembro de 1919.

⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 231-270. GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

exigência metodológica é discernir, para cada caso particular, os constrangimentos e os privilégios implicados no exercício da ‘função de intelectuais’ e, entre estes, a relevância ou não da raça”⁵. Para atingir tal objetivo, centrei a investigação no estudo da trajetória de José Eutrópio no campo do jornalismo, especialmente na sua produção cronística, nos anos de 1919 e 1920. Primeiro, porque uma análise exaustiva da sua biografia seria impossível no limite exíguo de um artigo.⁶ Ademais, foi justamente nessa conjuntura social que ele criou (ou, ao menos, manifestou publicamente) as estratégias de um processo (plural, dinâmico e flexível) da sua constituição simbólica como intelectual negro.

O excerto, que abre o presente artigo, escrito no contexto das eleições municipais de 1919, apresenta menos a descrição de localismos ou do microcosmo de uma cidade provinciana (nesse caso, Muriaé, na Zona da Mata mineira, cidade natal de José Eutrópio) e mais o papel hegemônico que o clientelismo e sua economia de favores – enquanto hábitos políticos – possuíam sobre o funcionamento das instituições políticas brasileiras. Algo que, respeitadas as diferenças, podia ser encontrado em qualquer parte do Brasil. Esse texto, assim como as demais crônicas da seção “Fatos e focos” nos ajudam a compreender como uma ideia de raça estava presente na constituição das relações de poder num determinado campo intelectual. Ainda, nessa crônica, depois de incitar “o povo” à luta pela “reconquista da dignidade cívica”, José Eutrópio afirmou ser um:

Pensador diferente dos que há por aí em abundância. Não possuo herança, não carrego sobrenome de prestígio, não trago na tez a alvura da raça caucasiana. Por isso me importo com os interesses do povo, do bem estar da coletividade, da desordem da justiça, das irreverências do protecionismo oficial, enfim desse acervo de coisas tortas e feias, que estão nas prateleiras da administração pública.⁷

⁵ GATO, Matheus. Intelectuais negros. RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTI, Alex (Orgs.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 188.

⁶ RIBEIRO, Jonatas. O construir-se de sujeitos negros: José Eutrópio, trajetórias e agências negras no pós-abolição. **Afro-Ásia**, n. 69, 2024, p. 259-310.

⁷ **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 20 de setembro de 1919.

Ao se colocar como um intelectual não-branco que pensava a sociedade e suas relações sociais pela chave da racialização e por meio de uma ideia de raça, o jornalista apresentou a defesa de uma posição social construída em relação a outras no campo da cultura. Mais do que isso, ele colocou no debate público a discussão sobre a redefinição de lugares e hierarquias sociais, fundadas em critérios raciais, no ambiente de falência (e, ao mesmo tempo, de emergência) de formas de diferenciação social que marcou o imediato pós-abolição no Brasil. Nesse sentido, o trabalho intelectual de produtor de bens simbólicos que José Eutrópio se esforçou para construir ganha coerência quando interpretado como resultado da racialização das relações sociais em vigência nas primeiras décadas do século XX. Para Matheus Gato, “em sociedades racializadas, historicamente marcadas pela escravidão e colonialismo, nas quais a circulação de capitais econômicos e simbólicos forja a existência e a hierarquia entre os grupos de cor, as práticas descritas como intelectuais e as formas de distinção social que as mesmas constituem também são valoradas em relação à ordem racial”.⁸

Conquistar respeito, validade e autoridade intelectual não era tarefa simples, ainda mais para um homem negro. José Eutrópio utilizou a sua formação escolarizada privilegiada, inclusive não acessível a muitos indivíduos das elites brancas, simbolicamente representada pela posse de um diploma em Direito e pela sua impressionante erudição, como mecanismos para obter mobilidade social e alcançar posições de destaque (e reconhecimento) na vida pública. Talento que pode ser notado pela fluidez e elegância do estilo narrativo e originalidade dos pontos de vista presentes em sua vasta produção escrita. Ainda assim, essas “qualidades” não foram suficientes para a conquista de legitimidade (e, em alguns casos, de aceitabilidade) nos círculos intelectuais em que transitou.

A sua produção crônica também abordou, implícita e explicitamente, esses desafios. Na investigação dessa documentação histórica – a crônica – atentei-me para a lição de Matheus Gato. A citação é

⁸ GATO, Matheus. op. cit., 2023, p. 187.

longa, mas fundamental para o leitor compreender como procurei estudar a trajetória de José Eutrópio e a sua produção de crônicas políticas nos primeiros anos da década de 1920, tendo como perspectiva de análise o conceito de intelectual negro:

Vale a pena descrever a trajetória de um indivíduo como “intelectual negro” quando a constituição de sua autoridade simbólica é marcada pelas coerções e constrangimentos sociais implicadas nos significados de cor e raça em um determinado contexto histórico. Tais coerções e constrangimentos, que não apenas se transformam historicamente como são capazes de variar nos diferentes momentos de uma mesma trajetória considerada, podem ser verificados pelo menos de três maneiras: 1) ao analisar as formas como esses indivíduos constituem interlocutores, tecem parcerias e rivalidades, formam associações e corporações, tomando posição frente a outros no mundo da cultura; 2) pela observação de como suas obras realizam a transposição de suas experiências sociais e raciais e a sua recepção pelos contemporâneos; 3) ao verificar a relação entre legitimação intelectual e as formas de engajamento político nos meios negros.⁹

A presença de José Eutrópio em alguns círculos intelectuais é uma boa oportunidade para observarmos a sua atuação e produção como intelectual, e também como outros indivíduos interpretaram, ou omitiram, o seu lugar no campo de uma determinada intelectualidade. Uma fotografia, elaborada pelo grupo responsável pela divulgação da campanha partidária de Rui Barbosa na região da Zona da Mata mineira e produzida no contexto da campanha da eleição presidencial de 1919, apresenta uma série de elementos visuais e simbólicos daquilo que Matheus Gato chamou de coerções e constrangimentos sociais implicados nos significados de cor e raça experienciados por intelectuais negros.

Na foto, publicada na famosa revista *O Malho*, José Eutrópio aparece bem arrumado: terno composto, nó da gravata bem feito e cabelo

⁹ GATO, Matheus. op. cit., 2023, p. 189.

e barba aparados. Com ar de seriedade, devia estar compenetrado na tarefa de “aparecer bem”, já que era o secretário da Comissão Promotora dos festejos a Rui Barbosa. No conjunto da fotografia, ele aparece em meio a outras personagens e sem maior protagonismo. Na verdade, a imagem parece reproduzir a intenção da fotografia e da própria comissão pró Rui Barbosa: apresentar um projeto de nação fundamentado em formas de exclusão política com processos limitados de inclusão social.

Figura 1 - Comissão Promotora dos festejos a Rui Barbosa

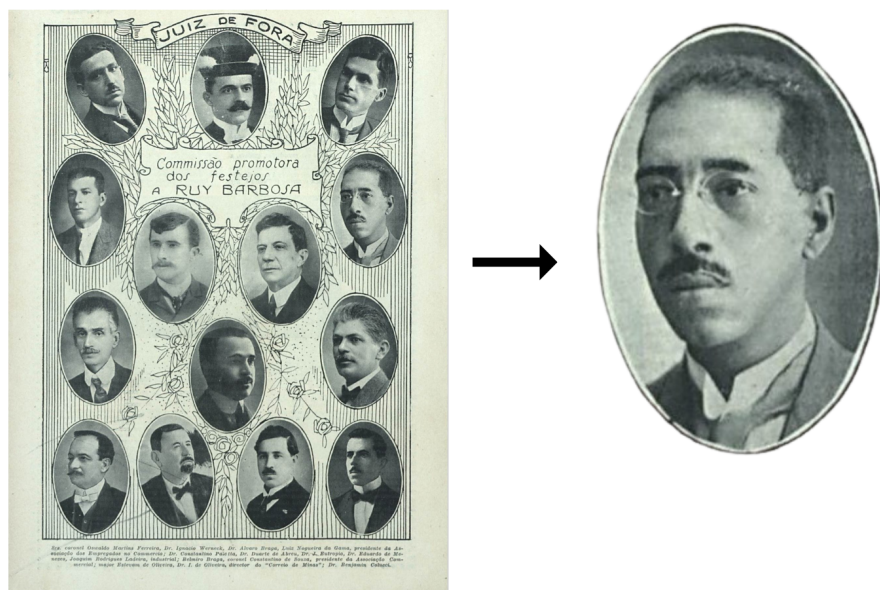


Figura 1 - Comissão Promotora dos festejos a Rui Barbosa. José Eutrópio em destaque. Fotografia não identificada. Juiz de Fora, 2 de abril de 1919.

Na legenda da fotografia, aparece a descrição: “Senhores coronel Oswaldo Martins Ferreira; Dr. Ignácio Werneck; Dr. Álvaro Braga; Luiz Nogueira da Gama, presidente da Associação dos Empregados no Comércio; Dr. Constantino Paletta; Dr. Duarte de Abreu; Dr. J. Eutrópio; Dr. Eduardo de Menezes; Joaquim Rodrigues Ladeira, industrial; Belmiro Braga; coronel Constantino de Souza, presidente da Associação Comercial; major Estevam de Oliveira; Dr. I. de Oliveira, diretor do Correio de Minas; Dr. Benjamin Colucci”.

Fonte: **O Malho**, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1919.

Os partidários do modelo de nação proposto pela plataforma política da campanha de Rui Barbosa (candidato do Partido Republicano Paulista) eram oriundos, via de regra, de setores da população urbana formados por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores, estudantes dos ensinos secundário e superior e militares do baixo escalão das Forças Armadas. Esses grupos, em sua diversidade, tendiam a arquitetar para a sociedade os mesmos projetos políticos das tradicionais oligarquias agregadas ao Partido Republicano Mineiro, cujo candidato (que venceu a eleição) foi Epitácio Pessoa. Contudo, uma diferença significativa (mas não disruptiva) dos partidários de Rui Barbosa em relação aos peremistas foi a incorporação – limitada – em sua dinâmica ideológica de alguns valores republicanos, como a defesa de eleições rotineiras, possibilidade de alternância no poder, liberdade de organização e expressão e o interesse no alargamento das condições de participação política ampliada.¹⁰

Nesse sentido, a fotografia da comissão Pró Rui Barbosa apresentou simbolicamente a permanência de estruturas de longa duração na administração do Estado nacional. Apesar de a maioria dos seus membros não pertencer aos velhos troncos oligárquicos da região da Zona da Mata mineira, eram homens brancos, portadores de diplomas de ensino superior, pertencentes às elites econômicas e integrados às lógicas da institucionalidade política tradicional. O leitor terá a oportunidade de observar no decorrer do artigo que o debate promovido por alguns membros dessa comissão sobre a participação política ampliada de alguns segmentos sociais, como os trabalhadores urbanos (uma das bandeiras da plataforma política de Rui Barbosa), deu-se mais no campo da retórica do que na prática efetiva.

¹⁰ Sobre a campanha política de Rui Barbosa na eleição presidencial de 1919, conferir: BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: MEC, 1973. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Edição e sociabilidades intelectuais**: a publicação das obras completas de Rui Barbosa (1930-1949). Belo Horizonte: Autêntica, 2017. Para o debate sobre o complexo universo da institucionalidade política na Primeira República, ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. WOODARD, James. **Um lugar na política**: republicanismo e regionalismo em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2019.

Assim, a fotografia deveria representar uma imagem de como a política (inclusive a que se dizia renovada) deveria ser vista e interpretada: homens brancos, instruídos e letrados, com larga tradição no campo da administração pública, é que possuíam as aptidões para pensar, fazer e representar a vida política nacional. A cidadania política, por esse viés, não deveria ser vista na qualidade de direito possível, mas como privilégio de poucos. José Eutrópio representava, nesse arranjo, tanto o da composição da fotografia, quanto o dos princípios ideológicos do pensamento das elites políticas brancas aliadas ao PRP, uma espécie de inclusão desigual. Único evidentemente (e assumidamente) negro na foto, ainda assim ele foi embranquecido. Lília Schwarcz observou que esse era um procedimento tecnológico (e social) comum, “por meio do qual fotógrafos, com o objetivo de ‘aperfeiçoar’ a imagem do cliente, o faziam passar por um processo de ‘branqueamento’, numa verdadeira engenharia social das cores”¹¹. A arte da fotografia, de uma maneira geral, e a fotografia da comissão pró Rui Barbosa, em específico, foi utilizada como um mecanismo potente de produção de uma ideologia da racialização invisível, posto que não se mencionava explicitamente a questão da raça, mas se “retratava” racialmente.

Além disso, do grupo, José Eutrópio foi o único que defendeu publicamente um projeto político-intelectual – durante e após a campanha eleitoral de Rui Barbosa – centrado no debate sobre a falácia de uma política democrática de acesso ao status da cidadania política pregada pelo direito civil brasileiro. Para ele havia muita distância entre quem podia votar e quem de fato votava no Brasil. Tal discussão não significou a defesa de uma forma ampla de sufrágio, mas apresentou as tensões e fraturas que existiam no seio das classes dirigentes e dinamizou a capilaridade do debate público sobre a participação efetiva de alguns grupos sociais na institucionalidade política tradicional. Desse modo, a fotografia da Comissão Promotora dos festejos a Rui Barbosa, ao projetar no imaginário coletivo o símbolo de um projeto novo e extensivo de nação em oposição ao que então estava no poder, representou mais uma performance (e idealização) do que prova da realidade.

¹¹ SCHWARCZ, Lília. Lima Barreto e a escrita de si. *Estudos Avançados*, 33, n. 96, 2019, p. 148.

O objetivo do presente artigo é analisar a presença de concepções raciais na produção intelectual de um pensador não-branco tanto como filosofia quanto como horizonte de possibilidades de atuação política no debate público. O que significou, por exemplo, pensar e debater, numa privilegiada arena cultural – como era o caso da imprensa –, o funcionamento das instituições políticas ou os elementos constituidores da institucionalidade política tradicional a partir de concepções racializadas de raça? Acredito que um pouco de atenção na produção cronística de José Eutrópio, que abordou sistematicamente a questão racial examinando-a sob diferentes ângulos, pode representar, no mínimo, uma boa oportunidade para esquadrihar projetos, expectativas e frustrações de homens negros letrados no pós-abolição, senão oferecer uma interessante evidência da diversidade e complexidade das manifestações a respeito de raça e das ideias, discursos ou hábitos políticos no Brasil do início do século XX.

A produção cronística de José Eutrópio, nesse caso, foi tomada como objeto e fonte de investigação. Estructurei o artigo tendo como referência a seção de crônicas políticas “Fatos e focos”, nos anos de 1919 e 1920. A partir da análise de dois textos dessa crônica: “A alegoria do mandonismo” e “A liberdade é um mito e a igualdade um paradoxo”, publicadas nas folhas do já citado *Correio de Minas*, busquei compreender os embates entre diversos indivíduos e o modo como eles entendiam as circunstâncias nas quais estavam vivendo.

***Correio de Minas* e a sua “interessantíssima coleção de crônicas”**

Em estudo sobre os modos de ler crônicas na perspectiva da história social, Sidney Chalhoub, Leonardo Pereira e Margarida Neves observaram que a seção de crônicas (que poderia ter vários tipos e formatos) apresentava-se como produto importante para a imprensa comercial das primeiras décadas do século XX. Para os autores, “mesmo sem se confundir com o jornalismo noticioso, a crônica mostrava-se, mais do que qualquer outro

gênero, atrelada ao jornal no qual era publicada”.¹² Assim, para o pesquisador interessado no estudo desse tipo de documento, torna-se decisivo ter dimensão do perfil do jornal no qual se publicava a crônica, entender seu título, suas preferências temáticas e características retóricas, bem como compreender minimamente sobre a biografia do seu autor.

Começo, então, prestando atenção na linha política do *Correio de Minas*, periódico no qual José Eutrópio atuou como revisor técnico, repórter, cronista, editor-chefe e colaborador (nessa ordem) entre 1915 e 1929. Fundado em 1894, por Estevão de Oliveira, nome de destaque nos círculos intelectuais de Minas Gerais, o jornal circulou, com alguns períodos de interrupção, até meados da década de 1940, quando encerrou definitivamente as suas atividades.¹³ Voltado para um público misto, o diário divulgava informações diversas a respeito da política, literatura e vida social de Minas Gerais, do Brasil e, por vezes, do noticiário internacional.

No período em tela (1919 e 1920), o jornal era dirigido por Itagyba e Inimá de Oliveira (também anunciados como editores-chefes), filhos de Estevão de Oliveira e herdeiros da sua trajetória intelectual, e contava com a colaboração de José Kascher na gerência e Jayme Halfeld como chefe de redação e de vários nomes relevantes da cena pública que assinavam artigos e crônicas avulsas. José Eutrópio foi um dos poucos jornalistas que possuiu crônicas fixas no diário, que tematizaram assuntos diversos: “Pelo

¹² CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 18.

¹³ Ainda não existe um estudo historiográfico de fôlego sobre a trajetória do *Correio de Minas*. Dados esparsos sobre o periódico podem ser encontrados em: OLIVEIRA, Paulino de. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**, 2, n. 2, p. 20-29, 1966. GOODWIN JR., James William. **Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição**: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. ALMEIDA, Cíntia Borges de; SILVA, Marcelo Gomes da. Circulação de debates e práticas educativas no jornal “Correio de Minas” (1894-1914). **Educação: Teoria e Prática**, 24, n. 47, 2014, p. 23-41. Sobre a biografia de Estevão de Oliveira, ver: KAPPEL, Marília Neto. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

teatro” (teatro de revista e artes em geral), “Pela instrução” (educação e política) e “Fatos e focos” (cotidiano e política).

Nesse momento, José Eutrópio desfrutava de algum reconhecimento intelectual, o que pode ser uma explicação da sua presença constante, como um dos poucos cronistas fixos, no *Correio de Minas*. Em geral, ele era apresentado ao público leitor do jornal como “brilhante ornamento das letras de Minas”.¹⁴ Por certo, esse tom elogioso fazia parte das demonstrações de amizade, companheirismo e dos laços de afeto e solidariedade entre esses homens de letras. Por exemplo, quando Estevão de Oliveira faleceu em 1926, José Eutrópio escreveu que havia sido iniciado na “profissão jornalística sob a influência de Estevão de Oliveira”, já que “foi no jornal por ele fundado que [havia] entr[ado] definitivamente na imprensa”. Disse, ainda, que as “obras literárias [de Estevão eram] primorosas e suas observações sobre a vida mineira das mais seguras e penetrantes. Suas crônicas políticas fizeram época e lhe renderam justa notoriedade em Minas”.¹⁵

Proprietários e editores de jornais, especialmente aqueles que adotaram uma dimensão comercial mais explícita, reconheceram o papel das crônicas (políticas, de esportes, de relatos folhetinescos ou de narrativas em séries, de humor, de mexericos, de mundanidades) como chamariz de público e como estratégia que poderiam ajudar a sustentar financeiramente os seus negócios. Muito em razão de que as crônicas, em sua diversidade de formas, caracterizavam-se por sua imersão nos acontecimentos do momento e por incorporar como circunstância de escrita a experiência da história vivida. Ou seja, o cotidiano era, a uma só vez, a matéria prima e o horizonte de intervenção da crônica e do cronista.¹⁶

Essas formas de interpretar o tempo vivido foram cuidadosamente percebidas pela equipe editorial do *Correio de Minas* na cronologia em estudo. Por exemplo, havia seções próprias no jornal dedicadas às crônicas,

¹⁴ *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 8 de março de 1919.

¹⁵ *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 18 de agosto de 1926.

¹⁶ CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op. cit., 2005, p. 14.

geralmente pautadas por lógicas e regras narrativas e de diagramação específicas (política, esporte, educação, teatro e artes em geral). As crônicas sobre esporte e sobre teatro vinham na seção de variedades, ao lado de charges, dos anúncios e dos folhetins, possivelmente com o objetivo de tornar a folha mais leve e atraente para os diferentes tipos de leitores. Ao que tudo indica, uma das lógicas da política editorial adotada pelo *Correio de Minas* foi criar canais de interlocução das suas seções de crônicas com outros gêneros narrativos, literários ou não, também presentes nas suas páginas. A coluna “Fatos e focos”, que tematizava assuntos ligados à política partidária, geralmente era apresentada na primeira ou segunda páginas do jornal, sempre ao lado de textos com tonalidade ou conteúdos ideológicos semelhantes.

Não se pode dizer que essa política editorial do *Correio de Minas* fosse algo novo ou original. Na verdade, tratava-se de um hábito comum na cultura impressa da imprensa, amplamente difundido no país. Contudo, não se pode descartar que havia um certo grau de autenticidade naquele modo de produzir e publicar as crônicas. Talvez essa fosse uma estratégia adotada para ganhar terreno e legitimidade no universo do periodismo de Juiz de Fora. Paulino de Oliveira observou que, no início da década de 1920, havia sete jornais de “ampla difusão” na cidade: *O Pharol, Jornal do Comércio, O Dia, Diário Mercantil, A Tarde, Lar Católico, Correio de Minas* e a revista *Evolução*. Apesar de o memorialista não ter apresentado mais detalhes sobre o que poderia significar a tal “ampla difusão”, ele informou que esses periódicos estiveram profundamente integrados (historicamente e socialmente) na vida de Juiz de Fora, sendo que alguns deles, como o *Jornal do Comércio* e o *Correio de Minas*, tiveram impacto em outras cidades da Zona da Mata, enquanto *O Pharol* podia ser considerado um jornal de “circulação nacional”.¹⁷

Dar destaque e espaço para as crônicas em suas folhas, por certo, foi uma estratégia adotada pelo *Correio de Minas* como resultado, ou ingrediente, das disputas para angariar leitores e reconhecimento no

¹⁷ OLIVEIRA, Paulino de. op. cit., 1966, p. 22.

universo do jornalismo local. Esse formato de competição se dava mais no campo simbólico do que em sentido literal. Havia uma rede de relações razoavelmente harmoniosas entre os proprietários e jornalistas da imprensa juiz-forana. Os seus colaboradores circulavam, sem grandes dificuldades, entre as distintas redações e assinavam os seus artigos e colunas. Em 1919, por exemplo, por ocasião da comemoração de fundação do *Correio de Minas*, a redação d'O *Pharol* descreveu aquele como um “legítimo órgão da opinião pública e dos interesses gerais da coletividade”, que possuía “organização excelente, com leitura escolhida e muitos clichês, além de espirituosas pilhérias, artísticas caricaturas e *uma interessantíssima coleção de crônicas*” (grifos meus).¹⁸

O lugar reservado às crônicas na estrutura do *Correio de Minas* pode nos dizer alguma coisa sobre as possíveis formas de recepção desse tipo de gênero textual pelo público leitor do jornal. Tendo em consideração que, muitas vezes as crônicas eram escritas em diálogo com as reações dos leitores, pode-se considerar que “se o cronista fazia dos seus artigos um modo de intervir sobre a realidade, influenciando os leitores, por outro ele era também influenciado por eles, cujas expectativas e interesses ajudavam a definir temas e formas que passaria a adotar”.¹⁹ Assim, se não foi possível nos limites desta pesquisa localizar detalhes sobre o perfil dos leitores do *Correio de Minas*, tampouco das suas formas de recepção entre diferentes públicos, é válido considerar que, pelo menos, havia interesse e demanda por parte de alguma audiência, tanto que o jornal e os seus cronistas fizeram das crônicas um produto bem-sucedido da sua política de moldar e orientar visões.

“A alegoria do mandonismo” por *Compilador dos fatos*

Uma característica comum nas crônicas se referia a assinatura da sua autoria que, muitas vezes, dava-se sob a proteção do anonimato, por

¹⁸ O *Pharol*, Juiz de Fora, 14 de maio de 1919.

¹⁹ CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op. cit., 2005, p. 17.

meio de pseudônimos ou apelidos. De fato, segundo Sidney Chalhoub, Leonardo Pereira e Margarida Neves, “os pseudônimos podiam ser meio de elaboração de personagens narradores, cujo perfil era construído cuidadosamente. O mesmo objetivo era às vezes alcançado através do título ou de outros recursos textuais que individualizavam a crônica e ajudavam a conferir-lhe um sentido”.²⁰ José Eutrópio abusou desses recursos estilísticos e retóricos em suas crônicas.

“A alegoria do mandonismo” foi uma série curta de artigos da seção de crônicas “Fatos e focos”, publicada na primeira e segunda páginas do *Correio de Minas* e que os leitores tiveram oportunidade de acompanhar em intervalos mensais durante quatro edições. Era assinada por “Compilador dos fatos”, um apelido (ou alter ego) criado pelo seu autor, que não escondia a sua identidade, mas usava tal recurso narrativo como forma de criar algum tipo de aproximação e estabelecer certa cumplicidade com os seus leitores. Nesse sentido, tanto na análise dos títulos quanto na das assinaturas dos artigos dessa seção de crônicas procurei me atentar para os significados que poderiam estar envoltos na relação de alteridade entre autor real e narrador-personagem.²¹ Afinal, quais razões levaram José Eutrópio a adotar essas figuras de linguagem?

Por ocasião da publicação do primeiro artigo da série “A alegoria do mandonismo”, José Eutrópio falou sobre o “Compilador dos fatos”. Afirmou que se tratava de um “narrador com invejável capacidade de observar a alma dos homens, as conjunturas, as pequeninas coisas”, responsável “pela busca e pelo relato dos fatos” que, contudo, eram objetos da sua revisão e controle. Assim, deixou o leitor ciente de que “o Compilador narra [os fatos] e, eu, os subscrevo”.²² Realmente, a

²⁰ CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op. cit., 2005, p. 16. Sobre o uso literário de pseudônimos na produção de intelectuais negros, ver: hooks, bell. *À Glória, seja ela quem for: sobre usar um pseudônimo*. hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019, p. 324-336.

²¹ Para um debate sobre alteridade entre autor real e narrador ficcional, ver: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

²² **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 23 de agosto de 1919. Nos dicionários que circulavam no início

narrativa dos textos “d’A alegoria do mandonismo” apresenta mais uma estrutura retórica de descrição do que uma análise ou interpretação exaustiva e aprofundada quanto aos temas e questões discutidos. Ou seja, para José Eutrópio, o “Compilador dos fatos” deveria apenas narrar, sem intervenção, o ocorrido. Contudo, tal estratégia, intencionalmente ou não, nem sempre funcionou.

“N’a alegoria do mandonismo”, o “Compilador dos fatos” narrou sobre o que então se definia por “moralização da política”, que a sua própria crônica definiu como a “necessidade de tirar das garras de algumas facções partidárias inábeis o vício de uma absorção ditatorial do poder e colocar a administração dos governos nas mãos honestas dos verdadeiros republicanos e amantes da democracia”.²³ Tratou-se de assunto que foi ingrediente indispensável no exercício criativo de cronistas, principalmente no contexto da intensa movimentação nos rumos da institucionalidade política que marcou o início da década de 1920. Assim, ao menos para o caso da imprensa da Zona da Mata mineira, qualquer leitor que folheasse as páginas do mais simples dos jornais, possivelmente, encontraria ali uma crônica, ou texto de natureza semelhante, sobre os acontecimentos da vida política partidária.²⁴ Todavia, houve um elemento que diferenciou (e singularizou) a abordagem das crônicas do “Compilador de fatos”: a presença de um debate racializado sobre as temáticas e os assuntos que eram alvo da sua observação.

Para a autoria da seção de crônicas “Fatos e focos”, certas estruturas sociais do passado insistiam em se apresentar na agenda política daquele

do século XX, o termo compilador foi definido como “aquele que reúne com mais ou menos inteligência os escritos e pensamentos de outros para formar uma coleção, que, sé é bem feita, tem sua utilidade. O compilador pode ser um literato apreciável, útil e digno de louvor”. SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa** (vol. I). 8. ed. revista e melhorada. Rio de Janeiro: Editora Empresa Literária Fluminense, 1890, p. 499.

²³ **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 23 de agosto de 1919.

²⁴ É o que sugere as memórias do jornalista Paulino de Oliveira, que, na década de 1920, trabalhou como tipógrafo e redator em alguns jornais de Juiz de Fora, como *O Dia* e *Correio de Minas*. OLIVEIRA, Paulino de. **Memórias quase póstumas de um escriba provinciano**. Juiz de Fora: Esdeva, 1974, p. 25-42.

presente. Os seus artigos possuem explícito tom de denúncia sobre os projetos de nação, elaborados por setores de uma classe dirigente – branca, por excelência – que buscavam reiterar hierarquias pautadas em critérios raciais. Um dos textos disse que “a questão das raças é dos problemas mais sérios que a nossa civilização enfrenta. O domínio absoluto da raça branca no governo do país significa que nenhum que não seja um deles está apto para desempenhar as funções supremas da cidadania”.²⁵ Mesmo não tendo explicitado com detalhes, o artigo falava sobre projetos e expectativas informados por reelaborações de exclusões baseadas em concepções raciais para a ainda jovem república que se instituía. Foi levando em consideração esse entendimento que o “Compilador dos fatos” afirmou que, “tanto para o negro quanto para o homem branco sem berço, mas com maior inclinação para aquele do que para este, há mais desmoralização, retrocesso e decadência como homem livre do que como o escravo dos tempos da escravidão”.²⁶

O que estava em discussão eram as disputas pelos limites dos significados de uma ideia de status ampliado de cidadania para alguns setores da população, no caso, possivelmente, as gentes pobres, negras e brancas. Os sentidos concebidos pelo cronista ao termo cidadania parecem se referir à possibilidade da atribuição progressiva de direitos civis e políticos àqueles considerados como “cidadãos”, mas não num sentido de equivalência – de gênero e classe – entre esses indivíduos. Já em relação à questão racial, essa mesma concepção de cidadania, de modo abstrato ou concreto, deveria ser capaz de proporcionar formas de igualdade racial no campo dos direitos e a superação de diferenças ou de injustiças na arena social.

Ao abordar o “domínio absoluto da raça branca no governo do país” e as suas muitas implicações, o “Compilador dos fatos” informou que as dinâmicas do racismo então existente não eram apenas um conjunto de ideias científicas, restritos aos ambientes acadêmicos e aos círculos

²⁵ **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 18 de outubro de 1919.

²⁶ **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 18 de outubro de 1919.

intelectuais, mas eram também práticas sociais que estavam disseminadas no terreno das relações cotidianas entre os sujeitos. No segundo artigo da série, o tom de denúncia e, ao mesmo tempo, de reivindicação continuou presente. O “Compilador dos fatos” iniciou seu diálogo com os leitores por meio da pergunta: “teremos de lutar contra os caprichos de borra-botas [indivíduo incompetente] que entendem que as regalias políticas da cidadania brasileira podem ser torcidas ao gosto deles?”.²⁷

Conforme apresentei anteriormente, o “Compilador dos fatos” não se preocupou em destrinchar os significados que atribuía ao termo cidadania ou aos seus atributos, posto que certamente era algo dispensável, ou óbvio aos seus leitores, ao ponto de não merecer explicação detalhada. Contudo, a narrativa da sua crônica permite aprofundar um pouco mais a análise sobre como uma ideia de cidadania estava sendo formulada. Para a autoria do artigo, os projetos nacionais e as estratégicas políticas, pensadas pelas elites dirigentes, para a sociedade republicana no pós-abolição foram alicerçadas em concepções raciais. Tais percepções (e idealizações) políticas tinham origem bem definida; na visão do “Compilador dos fatos”, eram resultados de uma “herança da escravidão”:

É conhecido entre nós, graças à triste herança da escravidão, que estabelecia a injustiça como base de toda a organização social do Brasil, os péssimos hábitos que estão inoculados na classe que governa o povo brasileiro. Nada mais significa do que o prolongamento da escravidão disfarçada de um civismo vazio e superficial. Não poderia ser diferente! Afinal, são mandões que no passado eram declaradamente escravagistas, negreiros, contrabandistas e que guardam desse saudoso tempo os troncos, os viramundos, as golilhas como se fossem troféus. Guardam também o modo desonesto de fazer política, que fere os princípios e leis do regime que adotamos, servindo tais fatos para que cada vez mais a nossa forma de governo seja achincalhada [ridicularizada].²⁸

²⁷ **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 20 de setembro de 1919.

²⁸ **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 20 de setembro de 1919.

O “Compilador dos fatos” colocou em debate a questão de uma incômoda permanência do passado naquele presente, no sentido ontológico de tempos pretéritos imutáveis. O raciocínio adotado no artigo dá a entender que vigorava naquela sociedade republicana e “livre” – isto é, sem a vigência de alguma forma de organização política baseada no escravismo – hierarquias pertinentes a certo ordenamento social, quer dizer, aquela do ponto de vista de uma classe orgulhosamente de descendência senhorial, proprietária de terras e de trabalhadores escravizados. Na ácida crítica política, no refinado sarcasmo e na ironia do “Compilador dos fatos”, essa gente que investia pesadamente na manutenção de uma economia de favores e concessões preservava, como emblemas do seu *status quo*, instrumentos de tortura (trancos, viramundos, golilhas) – símbolos da violência extrema do escravismo –, isto é, a alegoria do mandonismo.

Na verdade, o que o “Compilador dos fatos” estava dando a ver (e denunciando) era a necessidade do reconhecimento de como o passado era diferente, mas também semelhante, sobretudo diante daquele mundo em que, no lugar dos direitos, instalou-se o favor. Por isso, a utilização da metáfora da “herança da escravidão” ou da “escravidão disfarçada”,²⁹ como uma queixa que remetia a formas inaceitáveis de organização social:

A soberania e a independência do direito sagrado da cidadania, essencialíssimo para a vida e para a ordem das sociedades civilizadas, não devem ser letras mortas. É preciso que o cidadão não fique entregue ao mandonismo de qualquer capitão mandachuva, boçal e malcriado que entende que a lei é verdade dele. Há a necessidade de se acabar com essas porcarias, para que a justiça seja a justiça, o direito o direito, a lei a lei, e não a vontade de pascácios [otário] que têm o descaramento de pretender coagir o cidadão. É mais do que tempo de se fazer isso, tanto mais quanto, dizem por aí que estamos na fase de evolução para o máximo progresso e a república está reparando faltas e corrigindo erros de passados decaídos.³⁰

²⁹ Para uma discussão sobre metáforas relacionadas à instituição escravista no contexto do pós-abolição, ver: MENDONÇA, Joseli. Memórias da escravidão nos embates políticos do pós-abolição. ABREU, Martha *et. ali.* (Org.). **Histórias do Pós-Abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos** (vol. 1). Rio de Janeiro: EDUFF, 2014, p. 32-46.

³⁰ **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 20 de setembro de 1919.

No cerne do debate dos artigos da “A alegoria do mandonismo” estava uma discussão sobre o que se considerava a síntese do mundo da política brasileira, como o agrarismo e a tradição escravista nos mundos do trabalho, a fragilidade da cidadania, o patrimonialismo do Estado, e a falta de uma elite política, moral e tecnicamente competente, que se expressava na insuficiente consolidação e funcionamento das instituições políticas. Tudo isso era informado por uma concepção racializada de relações sociais, na qual somente a noção de raça, enquanto dispositivo político fundamental de organização de uma hierarquia social, poderia explicar a realidade de uma sociedade republicana que estava socialmente baseada em “heranças da escravidão” e em privilégios.

Numa primeira observação, os temas e assuntos abordados na série de artigos da “A alegoria do mandonismo” podem parecer difíceis e controversos para um gênero textual como a crônica. Essa aparente contradição foi percebida pelos estudiosos que investigaram esse estilo de texto. Na verdade, uma das principais características narrativas da crônica repousa justamente “no paradoxo entre a leveza anunciada pelos cronistas e a cuidadosa elaboração de seus textos, a tensão entre a tarefa de comentar e a realidade e o intuito de transformá-la e as variedades de formas e temas por ela assumidas”.³¹

A análise dos temas/assuntos abordados nos artigos do “Compilador dos fatos” ganha mais consistência e densidade quando inseridos em lógicas específicas do tempo conjuntural de sua produção. Apesar do tom panorâmico e generalista sobre aspectos da vida política brasileira, existiram realidades concretas que deram ingredientes para a elaboração das ideias, opiniões e comentários sobre os acontecimentos do cotidiano, do comportamento e da vida política presentes nos artigos e que nos permite aprofundar o entendimento das condições específicas de produção desses textos: os arranjos e as configurações das instituições políticas da cidade de Muriaé, na Zona da Mata mineira, nos últimos anos da década de 1910.

³¹ CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op. cit., 2005, p. 19.

José Eutrópio nasceu e foi criado no distrito de Boa Família, em Muriaé. Apesar de ter deixado a cidade ainda muito jovem para se dedicar aos estudos em outros centros urbanos, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e ter fixado residência em Juiz de Fora a partir de 1915, sua família continuou vivendo naquele município, lugar que se tornou objeto de “saudosismo”, mas também se transformou em fonte de análise política para o jornalista.³² A vida política de Muriaé também foi assunto rotineiramente abordado nas folhas do *Correio de Minas*, muito em razão de que os seus proprietários – Itagyba e Inimá de Oliveira – transitaram entre as classes dirigentes daquele município com a pretensão de conquistar espaço e poder na sua política partidária.

Por essa razão, os irmãos Oliveira fundaram O *Operário* em 1918, um jornal que se voltou para um explícito combate partidário junto à agenda política de Muriaé. Esse periódico, inclusive, republicou alguns dos noticiários do *Correio de Minas*, entre eles os artigos da “A alegoria do mandonismo”. Assim, é possível considerar que a gramática da linguagem política usada por José Eutrópio, por meio do “Compilador dos fatos”, estava afinada com a orientação ideológica do conjunto dos proprietários e editores-chefes daqueles jornais. É quase certo que, nesse ambiente intelectual, ele teve pouca margem de autonomia sobre o conteúdo político e ideológico ou as opções estilísticas de suas crônicas. Além da dependência dos acontecimentos com os quais buscava interagir e das formas de recepção dos leitores, a produção cronística de José Eutrópio lidou com certo controle moral dos jornais em que trabalhou. Podemos considerar, por esse viés, que o que, para a nossa leitura no tempo presente, se anuncia como um aparente paradoxo, eram códigos tranquilamente decifrados pelos leitores contemporâneos do “Compilador dos fatos”.

³² Em 1920, por ocasião do aniversário de emancipação político-administrativa do município de Muriaé, José Eutrópio escreveu um artigo sobre a cidade na imprensa. Em um dos trechos do texto afirmou que “o hábito de ter saudade e de exprimi-la [era], pois, uma virtude que [havia] aprendi[do] a cultivar em Muriaé: a [sua] saudosa terrinha. [Fosse] o saudosismo um mal da nostalgia, [era] um mal generoso!”. **Evolução**, Juiz de Fora, 6 de junho de 1920.

“A liberdade é um mito e a igualdade um paradoxo” por Florestano

“A liberdade é um mito e a igualdade um paradoxo” foi o título de outro conjunto de artigos, também curto, seriado e mensal, que apareceu na seção de crônicas políticas “Fatos e focos”. Esses artigos foram publicados em três edições no *Correio de Minas* ao longo do primeiro semestre de 1920 e abordaram a temática das formas de participação de diferentes grupos sociais, que não fossem as elites dirigentes, na institucionalidade política tradicional. Florestano foi um dos pseudônimos por meio do qual José Eutrópio ocultou sua identidade, não apenas nesta série de crônicas, mas também em outros tipos de textos publicados na imprensa. Segundo as definições dos dicionários que circulavam no início do século XX, o termo “florestano” referia-se àquele ou àquilo que é da floresta ou da mata.³³ Nesse sentido, certamente a intenção de José Eutrópio era apresentar ao leitor a visão de alguém que falava “de dentro”, com conhecimento de causa sobre os acontecimentos com os quais buscava interagir.

A greve dos trabalhadores da *The Leopoldina Railway Company*, ocorrida em março de 1920 no Rio de Janeiro e que se espalhou por algumas cidades onde havia grande presença de empregados da empresa, como Muriaé, foi o objeto da análise dessa série de crônicas. Ciente de que as pessoas buscavam informações (e, por meio desse recurso, poderiam moldar suas opiniões) nos jornais, Florestano usou um tema que despertava interesse e curiosidade no público leitor – a greve – como pano de fundo para as suas crônicas. De fato, esse gênero textual, por conta de “sua particular ligação ao tempo vivido faz com que dependa dos acontecimentos com os quais busca interagir, movendo-se e transformando-se de acordo com eles”. Além disso, “o cronista estava sempre sujeito ao imponderável do cotidiano, que tanto lhe fornecia temas e problemas com os quais discutir quanto modificava e redirecionava suas opções”.³⁴

³³ SILVA, Antônio de Moraes. op. cit. (vol. II), 1890, p. 870.

³⁴ CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op. cit., 2005, p. 17.

Mais do que esses elementos, é válido considerar que a greve – e os muitos significados e sentidos que dessa forma de manifestação política se podiam extrair – eram prato cheio para estimular discussões no campo da política formal. Segundo Gláucia Fraccaro, a greve dos trabalhadores da E. F. Leopoldina começou no início de março de 1920, tendo-se estendido por todo aquele mês. Ganhou adesão de empregados de várias seções da empresa, espalhados em diferentes localidades dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais:

Por intermédio da Liga Operária de Além Paraíba [Rio de Janeiro], os empregados da Leopoldina Railway pediam melhoras e garantias. Solicitavam o aumento dos vencimentos, mudanças no pagamento de aprendizes, fim dos trabalhos aos domingos, pagamento dobrado para as horas extraordinárias e efetivação depois de seis meses de trabalho. Ainda reivindicavam que a companhia justificasse à Liga a demissão de funcionários e o fim da suspensão por tempo indeterminado, além de um fiscal de higiene em cada oficina e a contratação de mais trabalhadores.³⁵

Apesar (e por conta) da intensa mobilização dos trabalhadores, a greve foi duramente reprimida pela polícia e com atendimentos parciais das reivindicações pela direção da empresa. Florestano, em sua crônica, apresenta elementos relevantes sobre as formas de organização política que estavam sendo objeto de ação de um determinado segmento profissional dos mundos do trabalho em Muriaé: os trabalhadores ferroviários. Ele expõe, de maneira panorâmica, informações sobre uma greve praticamente ignorada na história daquela cidade da Zona da Mata mineira:

Os motivos alegados pelo pessoal das oficinas da [E. F.] Leopoldina em Muriaé para justificar o movimento paredista residiam no fato de não ter a companhia atendido aos reiterados pedidos de aumento de ordenados e salários e de modificações

³⁵ FRACCARO, Gláucia. **Morigerados e revoltados**: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 106.

regulamentares. Inocentemente, os paredistas prometeram, na sua plataforma política, agir em favor da sua pobre classe, com liberalismo e justiça. Homens bondosos e fracos, foram incapazes de realizar com os fatos o compromisso que assumiram. Do seu gesto ficou apenas a boa intenção.³⁶

É visível que o interesse de Florestano com o assunto da greve é outro. Tanto que ela figurou na narrativa como um detalhe para o encaminhamento da abordagem de temas que realmente lhe interessavam (e que, do mesmo modo, deveriam atingir os seus leitores). De fato, José Eutrópio se posicionava de modo ambíguo em relação à organização política de trabalhadores por meio de greves. Por ocasião da greve organizada pela Associação Beneficente de Juiz de Fora em janeiro de 1920, que reuniu trabalhadores de vários ofícios, ele manifestou na imprensa certo ceticismo em relação a essa forma de ação e de comportamento políticos na esfera pública:

Estourou, entre nós, uma das muitas greves que arrebatam nos dias de hoje, à custa da anarquia e da desordem. Mais uma parede [greve] com o fim de quê? Quer se crer que não seja para sabotar a propriedade privada, desorganizar a produção e lançar a desordem na coletividade. Em caso de greve, os serviços públicos ficarão interrompidos? O leite, a carne, os cereais, o pão, os legumes, que precisam ser deslocados dos mercados produtores até os consumidores, ficarão interrompidos conquanto o povo morre de fome? Povo esse que são os filhinhos, a mulher, a mãe anciã dos grevistas: os condutores, foguistas, maquinistas, carroceiros, choferes, empregados do comércio. Não é essa uma atitude, a pretexto de tudo, das razões mais fúteis e insignificantes? As greves justas são um

³⁶ **Correio de Minas**, Juiz de Fora, 19 de junho de 1920. Florestano não ofereceu detalhes sobre a greve, como o período da sua realização, o seu impacto entre os empregados das oficinas da E. F. Leopoldina de Muriaé, suas formas de ligação com os grevistas do Rio de Janeiro ou de outras cidades de Minas, os métodos de repressão adotados pela empresa e pelos poderes públicos locais, ou como se deu o fim da paralisação. Ao que parece, os leitores das suas crônicas tinham algum conhecimento sobre o ocorrido, tanto que ele prescindiu de oferecer detalhes, além do que, ao que tudo indica, não foi seu interesse dar destaque ou visibilidade às especificidades daquela greve.

legítimo direito das classes trabalhadoras contra as extorsões e a estupidez dos maus patrões. O que assistimos hoje, todavia, são imposições desarrazoadas feitas à sociedade. É conhecido que, na distribuição de riqueza há muito o que modificar, no sentido de mais justiça e igualdade nela. A esse ponto teremos de chegar, não com os recursos violentos da força, mas pelo desenvolvimento do espírito de solidariedade, pela expansão das ideias morais e altruísticas entre os homens, que só a instrução e a escola hão de lhes ofertar.³⁷

Até mesmo por sua posição de classe, José Eutrópio não podia deixar de ver as coisas de outra maneira. Por mais que considerasse inapropriado esse tipo de mobilização, já que em sua visão existiram as greves “justas” e as “injustas”, ele aparentou ter algum tipo de afinidade com algumas formas de expressão de concepções, identificações e identidades de classe formuladas por trabalhadores de determinados campos profissionais. Exemplo disso é a sintonia com a gramática política profusamente compartilhada no universo mais amplo dos mundos do trabalho. Não é à toa a menção explícita a termos que possuíam (e exprimiam) adesão política a certas correntes ideológicas, a exemplo do anarquismo ou do socialismo, como “classe trabalhadora” e “distribuição de riqueza”, por exemplo. Mas havia também, implicitamente, a presença de uma concepção de luta de classes, próxima do que então se entendia por filosofia ou matriz teórica marxista. Por isso, José Eutrópio não deixou de enfatizar sua condenação à exploração e à violência contra os trabalhadores e afirmar a necessidade de esses indivíduos buscarem a “instrução e a escola”, como uma forma legítima de reivindicação política.

Como não poderia ser diferente, Florestano compartilhava o entendimento de que o acesso à escolarização formal era o único caminho para a participação política das minorias. No texto do primeiro artigo da

³⁷ **O Pharol**, Juiz de Fora, 6 de janeiro de 1920. A greve teve início em 3 e durou até o dia 7 de janeiro. Sobre essa e outras greves que ocorreram nas primeiras décadas do século XX na Zona da Mata mineira, especialmente em Juiz de Fora, ver: OLIVEIRA, Luís Eduardo. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

coluna “A liberdade é um mito e a igualdade um paradoxo”, ele apresentou o seguinte argumento:

Nas sociedades democráticas, a vitória e o futuro pertencem ao mais inteligente e instruído. Ignorância é sinônimo de atraso, pobreza e miséria. O atraso, pobreza e miséria de Muriaé são consequências da formidável ignorância da sua população e do seu governo que não gasta um vintém com a instrução pública. A educação é o único meio conhecido de poder exercer amplamente o direito do sufrágio e intervir, pelo voto, na escolha de representantes dignos dos seus interesses e aspirações. Quando haverá uma greve dos operários, de todas as classes, em prol da criação de um aparelho de educação em todos os graus, desde o primário ao normal e profissional?³⁸

O artigo apresenta referências relevantes para uma análise do modo como indivíduos de diferentes condições sociais podiam expressar distintas formas de manifestação de suas concepções sobre os significados e sentidos da cidadania e da ampliação do acesso aos direitos civis e políticos, menos como algo artificial e mais como componentes das lutas cotidianas pela sobrevivência. Por isso, vale aprofundar o exame de alguns elementos. Para Florestano, o apreço pela escolarização formal deveria possuir a mesma relevância que uma greve tinha nos hábitos e cultura políticas dos trabalhadores envolvidos com formas de mobilização e organização associativas; ou seja, ocupar e pertencer à escola deveria ser uma missão de caráter político.

José Eutrópio foi um ferrenho defensor da escola pública (pelo menos, a instrução elementar) para a população. Professor e inspetor escolar, foi também a partir desses lugares sociais que ele se constituiu enquanto intelectual e atuou no campo das ideias. A sua militância antirracista no universo da educação aparece nos textos da seção de crônicas “Pela instrução”, publicada em intervalos regulares a partir de fins de 1921 até meados de 1928, nas folhas do *Correio de Minas*. Nesse

³⁸ *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 19 de junho de 1920.

espaço, ele denunciou que o modelo de escola pública (destacadamente, a elementar) então existente era pensado em termos de raça, o que transformava essa instituição social em espaço de produção de diferenças de formas de escolarização, ou seja, o projeto de escolarização criado pelo Estado estava permeado por concepções de raça.

Foi nessa conjuntura de produção intelectual que José Eutrópio, sob a pena de Florestano, escreveu sobre a greve dos trabalhadores da E. F. Leopoldina. Na sua concepção, haveria no país (Muriaé aparece mais como o exemplo de um padrão cultural do que como um caso excepcional) um povo despreparado e destituído de cultura política e, por isso, inexistia o cidadão consciente de seus direitos. O desafio deveria ser o de o próprio povo – representado na figura dos “operários grevistas” – inculcar, em suas mentes, o valor da escolarização formal e, a consequência natural desse exercício, seria o apreço e a conquista da cidadania política.

A forma de pensar o mundo da política presente nas crônicas de Florestano foi atravessada por distinções de classe, raça e gênero. O cronista estrategicamente não abordou o debate mais amplo sobre cidadania e direitos políticos apoiado numa perspectiva fundamentalmente racial, pois, para ele, tratava-se de uma dimensão social que não deveria ser pensada a partir de recortes com base na raça. Certamente por isso não foram apresentadas informações sobre a condição racial ou a cor dos trabalhadores grevistas. O que deveria importar para o entendimento dos leitores das crônicas de Florestano era a compreensão dos significados das mobilizações políticas de trabalhadores por um viés de igualdade racial.

As relações de poder nas desigualdades de gênero também apareceram, por meio do apagamento, na produção cronística de Florestano. Tendo em conta que a cidadania política, pelo menos no sentido do acesso aos direitos de ser eleitor, era inacessível às mulheres, seus artigos, ao abordarem uma noção “hegemônica” de cidadania, obviamente, não incluíram esse segmento social no rol daquilo que se considerava como o modelo de cidadão. De todo modo, suas crônicas, mesmo não sendo esse o

intento, apresentaram a criatividade dos trabalhadores no estabelecimento de formas de resistência, que, por meio das greves, atuaram politicamente.

Inclusive, é bem provável que os trabalhadores grevistas tenham aproveitado uma conjuntura marcada por disputas políticas entre as classes dirigentes em Muriaé como meio de pleitear espaço para ampliar suas formas de participação política. Segundo Pacelli Lopes, o início da década de 1920 foi marcado por profundas mudanças na institucionalidade política de Muriaé. O grupo político, alicerçado e representante das forças oligárquicas tradicionais, que até então exercia domínio na região, começou a perder espaço e representatividade política. O resultado foi a ascensão de um estrato social e intelectualmente antagônico ao brunhismo – termo pejorativo usado para (des)qualificar o governo de Antônio da Silveira Brum e dos seus partidários –, que administrou a política local desde 1905.³⁹

A análise (tendenciosa) da política brunhista realizada pelos jornais adversários, como *Correio de Minas* e *O Operário*, sugere que a inabilidade de Antônio da Silveira Brum em lidar com o exercício da governabilidade pública foi a principal razão para o desprestígio de sua imagem. Essa incapacidade, que incluía a transformação do projeto hegemônico de nação pensado pelas elites do seu partido, o PRM, em uma república instável e ineficiente, ocorreu num momento de desestruturação da cultura política do então modelo vigente de federalismo.⁴⁰ Nesse contexto, procurava-se consolidar menos a autonomia das elites políticas regionais e mais o poder de alianças macropolíticas nos estados federativos, o que contribuiu para o esfacelamento da cultura política de clientelismo de Antônio da Silveira Brum, tanto entre os figurões das elites políticas quanto entre a população muriaense.

³⁹ LOPES, Pacelli Henrique Silva. **Contexto, composição e atuações das elites de Muriaé (MG) na Revolução de 1930 (1928-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018.

⁴⁰ Para uma análise dos problemas do federalismo brasileiro nos anos 1920, consultar: FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

Ainda que com significativo distanciamento, José Eutrópio dialogava com o grupo que, a despeito de divergências internas, formava coletivamente a oposição ao brunhismo. O próprio *O Operário*, dos irmãos Oliveira, representava o esforço desse grupo para atalhar a marcha dos partidários do brunhismo, assegurando em seu próprio benefício a tentativa de angariar aliados. Causa curiosidade que, nessa conjuntura de disputas por poder político, *O Operário* não tenha publicado notícias sobre a greve. Tal ausência pode significar muita coisa, mas, por certo, oferece elementos para se pensar o caráter artificial dos projetos políticos dos opositores do brunhismo – e da própria política brunhista –, de pouco enraizamento na sociedade, sem consistência ideológica e ainda dominado por lideranças avessas, ou pouco dispostas a ceder espaço, para a elaboração e consolidação de mecanismos de participação política ampliada.

Florestano, ao criticar o esforço dos trabalhadores da E. F. Leopoldina em fazer da greve um canal legítimo de participação política, alertou que a sua crítica não pretendeu desautorizar o modelo político institucional estabelecido, mas sim denunciar que havia indivíduos despreparados para o exercício da cidadania política, e sujeitos oriundos de elites políticas conservadoras interessados nesse “despreparo” das minorias. Essa foi a tônica do último artigo da coluna “A liberdade é um mito e a igualdade um paradoxo”:

A ação do pessoal da Leopoldina deve ser um combate, ao mesmo tempo material e intelectual, dado no domínio da inteligência e da prática, contra as forças brutas das classes conservadoras, que ameaçam Muriaé. Será no exercício do espírito democrático, saudável e disciplinado, que os operários se tornarão habilitados a educar as classes ricas, as chamadas elites do país, de maneira que estas se tornem aptas aos valores republicanos da liberdade e da justiça.⁴¹

Apesar de admitir que a concepção de democracia que estava em debate, isto é, um hábito político que deveria estar fundado no

⁴¹ *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 17 de julho de 1920.

reconhecimento da igualdade de direitos e de oportunidades entre os cidadãos, não estava presente na agenda da estrutura política nacional, Florestano visualizou nos trabalhadores e na sua política de classe – mesmo condenando alguns dos pilares dessa forma de mobilização, como a greve – a possibilidade de efetivação de uma certa cultura democrática que poderia incluir em sua dinâmica a condenação da personalização do jogo político centrado nos interesses das classes dirigentes e a criação de mecanismos de ampliação e de estímulo à participação de cidadãos, até então excluídos ou marginalizados, na esfera da política formal.

Considerações finais

No exercício de análise historiográfica empreendido aqui, busquei me atentar para os sentidos históricos e os significados políticos da presença de um intelectual negro numa privilegiada arena cultural – a imprensa – no início do século XX. Como discutir a experiência de produtores de bens simbólicos de relevante valor político no vasto empreendimento da imprensa levando em consideração as suas condições raciais e a dimensão racializada que definia os seus lugares no jornalismo? De que modo podemos elaborar análises historiográficas da materialidade, linguagens e força social da imprensa apoiadas em trajetórias de jornalistas negros que produziram “pensamento social” a partir da afirmação, ou negação, de suas negritudes? Como as biografias de jornalistas negros nos ajudam a pensar o impacto de ideologias raciais, como as dinâmicas do racismo, na constituição de culturas impressas da imprensa e na feitura de jornais, no início do século XX?

Menos com o intento de oferecer respostas acabadas e mais com a finalidade de fomentar e potencializar a discussão, tomei tais questões como perspectivas de análise na elaboração dos argumentos do presente artigo. A ideia foi oferecer aos leitores – especialistas ou não – caminhos para estimular a reflexão e curiosidade sobre a história da intelectualidade negra e da sua produção cultural no início do século XX. Trata-se de uma

despretensiosa contribuição a um campo historiográfico que tem ganhado cada vez mais (e felizmente) espaço na História do Brasil.⁴²

Longe da figura da excepcionalidade, mas reconhecendo as singularidades da sua biografia, a vida de José Eutrópio, e a sua trajetória intelectual no jornalismo, aponta para uma experiência histórica que pode se estender a outros tantos indivíduos, que tiveram suas existências atravessadas pela racialização das relações sociais em voga no início do século XX e usaram esse mecanismo de organização social como arma política. Dessa forma, a discussão historiográfica empreendida no artigo aborda mais os sentidos do racismo na vida de pessoas negras ao longo do tempo e não se reduz unicamente numa análise sobre a trajetória de José Eutrópio, que, foi tomada nesta narrativa, como um ângulo capaz de adicionar elementos para o debate.

Referências

Acervos e Fontes

Biblioteca Municipal Murilo Mendes de Juiz de Fora

Correio de Minas

Evolução

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Malho

O Pharol

Memorial Municipal de Muriaé

O Operário

⁴² Excelentes exercícios de revisão crítica de temas tradicionais da historiografia brasileira, pensados a partir das provocações epistêmicas do estudo de biografias negras, podem ser encontrados nos livros que compõem a **Coleção Personagens do pós-abolição**: trajetórias e sentidos de liberdade no Brasil republicano. Rio de Janeiro: EDUFF, 2021.

Bibliografia

ALMEIDA, Cíntia Borges de; SILVA, Marcelo Gomes da. Circulação de debates e práticas educativas no jornal “Correio de Minas” (1894-1914). *Educação: Teoria e Prática*, 24, n. 47, 2014, p. 23-41.

BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: MEC, 1973.

CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 11-22.

Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias e sentidos de liberdade no Brasil republicano. Rio de Janeiro: EDUFF, 2021.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Edição e sociabilidades intelectuais: a publicação das obras completas de Rui Barbosa (1930-1949)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

FRACCARO, Gláucia. *Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GATO, Matheus. Intelectuais negros. RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex (Orgs.). *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 187-193.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

GOODWIN JR., James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

HOOKS, Bell. À Glória, seja ela quem for: sobre usar um pseudônimo. hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 324-336.

KAPPEL, Marília Neto. *O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

LOPES, Pacelli Henrique Silva. *Contexto, composição e atuações das elites de Muriaé (MG) na Revolução de 1930 (1928-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018.

MENDONÇA, Joseli. Memórias da escravidão nos embates políticos do pós-abolição. ABREU, Martha *et. al.* (Org.). *Histórias do Pós-Abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos* (vol. 1). Rio de Janeiro: EDUFF, 2014, p. 32-46.

OLIVEIRA, Luís Eduardo. *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, Paulino de. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, 2, n. 2, p. 20-29, 1966.

OLIVEIRA, Paulino de. *Memórias quase póstumas de um escriba provinciano*. Juiz de Fora: Esdeva, 1974.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

RIBEIRO, Jonatas. O construir-se de sujeitos negros: José Eutrópio, trajetórias e agências negras no pós-abolição. *Afro-Ásia*, n. 69, 2024, p. 259-310.

SCHWARCZ, Lília. Lima Barreto e a escrita de si. *Estudos Avançados*, 33, n. 96, 2019, p. 137-153.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa* (vols. I e II). 8. ed. revista e melhorada. Rio de Janeiro: Editora Empresa Literária Fluminense, 1890.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 231-270.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

WOODARD, James. *Um lugar na política: republicanismo e regionalismo em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2019.

Recebido em: 24/07/2024

Accito em: 03/10/2024